

A importância do lúdico no aprendizado de crianças e jovens com deficiência

The importance of play in the learning of children and young people with disabilities

Luciane Dieter¹

Resumo

Falar a respeito do Ensino e aprendizagem de crianças e jovens com deficiência é buscar compreender a dinâmica desse processo e como pode contribuir para o desenvolvimento das habilidades desses educandos, então o lúdico como objeto de aprendizagem surge como proposta que intensifica o aprender e estimula vivências gratificantes na escola para esses educandos. Como o lúdico por meio da sua ludicidade pode melhorar o ensino dos alunos com deficiência e é grande mobilizador da inclusão escolar que o tema para discussão nesta pesquisa é a importância do lúdico no aprendizado de crianças e jovens com deficiência. Esse estudo é importante por tratar do lúdico na educação e como alunos e professores reagem a ele e, para se chegar ao conhecimento desejado o presente estudo tem como objetivo principal compreender a importância do lúdico no ensino e aprendizagem de crianças e jovens com deficiência. Os objetivos específicos pretendem: identificar na literatura e nas políticas públicas direitos das pessoas com deficiência ao ensino inclusivo; analisar o potencial lúdico para o desenvolvimento integral do aluno com deficiência; investigar o lúdico não como um universo típico de possibilidades infinitas para o aprender, mas, como um suporte que ajuda nesse sentido em sala de aula. Até que ponto o lúdico é importante para o exercício docente na sala de aula em favorecimento do aprender contextualizado dos alunos de forma inclusiva? Essa questão vai de encontro ao que o ensino tem o poder de transformar, como realidades pessoais e sociais. E a ludicidade nesse caminho é educativa com a capacidade oportunizada pelos seus objetos e contextos estimular o aprendizado escolar e levar alunos e professores a superar e crescerem nesse processo. Essa pesquisa descritiva qualitativa, além de interpretação, conta com estudo bibliográfico. Diferentes autores e estudiosos contribuem para esse estudo, entre eles se destacam: Vygotsky (1984); Almeida (2023); Macêdo (2024); Kishimoto (2010); Mantoan (2015); Santos (2025); etc.

¹Ivy Enber Christian University – Orlando – Florida – US.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-6376-4599>

Palavras-Chave: Educação; Lúdico; Aprendizagem; Aluno; Deficiência.

Abstract

Discussing the teaching and learning of children and young people with disabilities means seeking to understand the dynamics of this process and how it can contribute to the development of these students' skills. Therefore, play as a learning tool emerges as a proposal that intensifies learning and stimulates rewarding experiences at school for these students. Since play, through its playful nature, can improve the education of students with disabilities and is a major driver of school inclusion, the theme of this research is the importance of play in the learning of children and young people with disabilities. This study is important because it addresses play in education and how students and teachers react to it. To achieve the desired knowledge, the main objective of this study is to understand the importance of play in the teaching and learning of children and young people with disabilities. The specific objectives are: to identify in the literature and public policies the rights of people with disabilities to inclusive education; to analyze the potential of play for the integral development of students with disabilities; and to investigate play not as a typical universe of infinite possibilities for learning, but as a support that helps in this sense in the classroom. To what extent is playfulness important for teaching practice in the classroom in promoting contextualized learning for students in an inclusive way? This question goes against the power of education to transform personal and social realities. And playfulness in this path is educational, with the capacity afforded by its objects and contexts to stimulate school learning and lead students and teachers to overcome and grow in this process. This descriptive qualitative research, in addition to interpretation, includes a bibliographic study. Different authors and scholars contribute to this study, among them the following stand out: Vygotsky (1984); Almeida (2023); Macêdo (2024); Kishimoto (2010; Mantoan (2015); Santos (2025); etc.

Keywords: Education; Playfulness; Learning; Student; Disability.

1 Introdução

Alunos que são hábeis a sua forma e, podem desenvolver além da aprendizagem escolar também a socialização conseguem através de um trabalho humanizado em sala de aula habilidades para além das suas limitações. O conjunto de afazeres concretos está disponível para uso a qualquer situação dentro do processo educativo com crianças e jovens com deficiência e, pensando na qualidade da ludicidade para o desenvolvimento do discente em sala de aula, que este estudo se comprometeu em discutir a importância do lúdico na educação de crianças e jovens com deficiência.

Antes de qualquer discussão é importante comentar a respeito do PEI (Plano Educacional Individualizado) que traz como meta a individualização do ensino nas escolas públicas e particulares em todo o território nacional brasileiro.

O (PEI) é um documento elaborado pela equipe pedagógica da escola em conjunto com a família e profissionais que acompanham o aluno. Ele tem como objetivo definir estratégias personalizadas para o aprendizado, respeitando as necessidades e potencialidades de cada estudante. Esse plano inclui: Adaptações curriculares; Metodologias de ensino diferenciadas; Recursos de acessibilidade (como tecnologias assistivas e atendimento especializado); Estratégias para promover a inclusão no ambiente escolar. Definição de metas e acompanhamento contínuo do progresso do aluno (JUSBRASIL, 2015).

É sabido que a criança gosta de inventar e reinventar e, que por meio de um simples brincar ela pode perceber o mundo e interagir com ele, assim são com os conhecimentos direcionados na escola, que de forma clara, envolvida com diversos instrumentos e a oportunidade de estar ali numa atividade em conjunto com outros a aprendizagem flui beneficiando o professor que conquista uma meta, mas especialmente ao aluno que faz jus ao seu direito de estar, fazer e compartilhar.

Então a ludicidade na sala de aula é muito mais que uma atividade diferenciada, é uma oportunidade extraordinária de mudar a realidade da escola e dos alunos como um todo independente se são ou não alunos com deficiência. As deficiências existem e há quem às desdenham ou simplesmente zombam, no entanto, o fato de uma pessoa ter uma limitação leve ou grave não faz dela um ser de outro mundo, mas gente como qualquer homem ou mulher na sociedade e, a escola tem papel crucial nessa situação, a de promover a igualdade entre os pares, para que levem para a sociedade esse aprender e atuem de maneira menos preconceituosa.

O objetivo geral desta pesquisa busca compreender a importância do lúdico no ensino e aprendizagem de crianças e jovens com deficiência. Os objetivos específicos pretendem: identificar na literatura e nas políticas públicas direitos das pessoas com deficiência ao ensino inclusivo; analisar o potencial lúdico para o desenvolvimento integral do aluno com deficiência; investigar o lúdico não como um universo típico de possibilidades infinitas para o aprender, mas, como um suporte que ajuda nesse sentido em sala de aula.

Para o alcance dos objetivos apresentados a questão que direciona esse trabalho pretende chegar a compreensão de: Até que ponto o lúdico é importante para o exercício

docente na sala de aula em favorecimento do aprender contextualizado dos alunos de forma inclusiva? Para isso necessitamos refletir sobre o lúdico na classe escolar. Os docentes da classe de ensino regular que buscam no lúdico atividades interessantes, aumentam as chances de desenvolvimento integral de seus aprendentes com deficiência e sem deficiência, alcançando objetivos propostos para a aula do dia permitido pelo suporte extra oportunizado pela ludicidade que inova a ação do professor e dos alunos e, a inclusão acontece sem esforço porque ela se amplia naturalmente.

Trabalhar com a ludicidade é lidar com a inclusão, é levar em consideração a criança com deficiência como um sujeito participante do processo de aprendizagem, mais que isso, é questionar, refletir e (re)estruturar sobre as práticas pedagógicas atuais e suas funções perante a deficiência. Essa técnica utilizada como instrumento que medeia a aprendizagem e a inclusão objetiva uma prática pedagógica que proporciona mais prazer, sendo muito agradável e eficaz na interação de alunos com necessidades especiais em seu convívio social, contribuindo, assim, para um bom desenvolvimento cognitivo, individual e inclusivo. É primordial que o professor se prepare e reflita sobre a importância do jogo e de outros recursos lúdicos, sempre buscando metodologias que valorizem o aluno (Ferreira; Caetano, 2023, p. 237).

Essa pesquisa será realizada com o auxílio da pesquisa bibliográfica descritiva qualitativa com a intenção de analisar estudos publicados sobre o tema de maneira interpretativa e descritiva trazendo para esclarecimentos concretos trabalhos de diferentes autores como Vygotsky (1984); Almeida (2023); Macêdo (2024); Kishimoto (2010); Mantoan (2015); Santos (2025); etc.

2 Revisão da Literatura

A importância do lúdico no Ensino e aprendizagem de crianças e jovens com deficiência.

Se o lúdico é importante ou não para o aprender dos alunos em geral é algo a ser investigado e, para melhor nos adentrar em seus conceitos e podermos refletir a respeito de seu uso na sala de aula. “Isso porque o mais importante nestas atividades é o desejo de estar junto com o outro, mesmo que seja para competir, é poder usufruir do movimento de prazer. Considera-se a atividade lúdica elemento motivador e facilitador” (Almeida,

2023, p. 186), por isso o aluno com deficiência e sem deficiência necessitam da ludicidade no seu processo de construção do conhecimento escolar.

As brincadeiras e os jogos para a criança e o jovem são como parte integrante do seu processo evolutivo, de sua história, uma extensão de si mesmos, pois, essas atividades levam eles à refletirem sobre suas vidas dentro e fora de suas famílias e, até mesmo contribuindo para que superem situações traumáticas vivenciadas muitas vezes pela falta de compreensão e do preconceito de outras pessoas, principalmente as crianças e jovens com deficiência e, “é relevante observar que a ludicidade não se trata apenas de brincar sem objetivos, mas é uma ferramenta que educa de maneira livre, atuando no desenvolvimento do cérebro, nas emoções, na socialização atuante em todas as etapas da vida” (Ferreira; Caetano, 2023, p. 240), superando limites e vencendo estereótipos impostos.

Observando esse contexto das atividades lúdicas na educação inclusiva conforme nos demonstra Vygotsky (1998) “se referem a um momento de socialização, aprendizagem e conhecimento, fornecendo às crianças componente simbólico, para a construção dos processos cognitivos, motores, estéticos, éticos e socioafetivos” (Vygotsky, 1998 apud Souza et al, 2019, p. 130), realizando-se como elemento de aprendizagem diversa e como suporte para o desenvolvimento emocional e social de cada aluno.

A importância do lúdico na educação de crianças e jovens com deficiência necessita de espaço e da aceitação de todos os profissionais da educação, os quais além de buscar conhecer todas as possibilidades de ensino e aprendizagem oportunizados pelos diferentes contatos com os objetos lúdicos, deve compreendê-lo “como uma ferramenta pedagógica, e tem vários objetivos no processo de aprendizagem, como por exemplo, torná-lo mais motivador e prazeroso” (Faria et al, 2025, p.5) e, ainda precisam se abrir para essa concepção contextualizando os afazeres educacionais com olhar mais atento e humano a respeito das necessidades de envolvimento e desenvolvimento de todos os alunos.

Nesse sentido conhecer o lúdico como um viável recurso de ensino permite aprofundar na sua especificidade e os benefícios que pode trazer para o desenvolvimento coletivo e individual de crianças e jovens com deficiência, como “[...] a ação de

brincar/jogar com o aluno é essencial, pois permite a integração, por meio de desenhos, material dourado, alfabeto móvel, desenvolve o imaginário, raciocínio, memorização, vivência do aluno, com a disciplina que ele precisa aprender” (Souza et al, 2019, p.126).

Além disso, essas atividades alcançam as diferentes deficiências e alunos surdos podem se desenvolver por meio do brincar de maneira integrativa e interpretativa do meio. “A linguagem aparece como função fundamental para crianças com esse tipo de deficiência, podendo elas desenvolver a função simbólica. Esta função permite que se relacione com as coisas por meio da representação” (Lima et al, 2024, p. 15). Não é só o aluno com limitação que precisa desenvolver-se na escola, mas todos igualmente, então o lúdico que traz diferentes atividades com jogos, objetos e distrações com brincadeiras é excelente para a promoção de todos e da inclusão no ambiente escolar.

Alunos com deficiência intelectual por meio de atividades brincantes podem desenvolver sua capacidade de concentração e alunos autistas aprendem a expressar seus sentimentos e emoções, nos levando a entender que “a inclusão só se torna possível quando o professor acredita no potencial de todos os seus alunos e assume sua prática como um espaço de transformação social” (Santos, 2025, 24), mas essas atividades mesmo transformadoras e lúdicas precisam ser adaptadas às características de cada aluno e ajustadas para um trabalho coletivo em classe com todos para que eles e elas se sintam parte do ensino.

O entendimento real da ação docente com didáticas lúdicas promove a qualidade da aula e atrai o aluno para a aprendizagem, e essa prática deverá ser exercida através do uso de recursos que assim possam resultar na melhoria, como também na qualidade do ensino aprendizagem oferecido. E junto, encontra-se a esta dinâmica os jogos, que apresentam uma variedade enorme de possibilidades interativas tanto do aluno com o professor quanto dos alunos entre si. Nesse olhar de definição, as ações lúdicas que se realizam através das brincadeiras e dos jogos, ou seja, aquelas que produzem um efeito de prazer e que há interação com algum movimento de algo ou com alguma pessoa trata-se de aspectos lúdicos, e é muito favorável e recompensador seu uso no fazer educativo. A maneira lúdica de trabalhar os atos educativos pode alcançar profundamente a todos os educandos e em especial os alunos com deficiências, pois através dessas ações as crianças têm a oportunidade de interagir e refletir com o conhecimento. A ludicidade também promove o desenvolvimento psicológico, como também as articulações físicas, e contribui fortemente para o desenvolvimento da linguagem e do pensamento através de atividades, jogos, pinturas e brincadeiras lúdicas que promovem esses fatores (Macêdo, 2024, p. 26).

De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, Brasil (1998): Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e

aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança..." (Brasil, 1998, p. 23)

O educar implica se preocupar com o outro e em como despertar interesses para a partir desse ponto trabalhar conceitos diversos e promover ensino de qualidade, mas o trabalho em classes com alunos com deficiência é bem complicado e exige do professor, além da tolerância e respeito, habilidades pedagógicas para poder realmente contribuir para seu avanço com responsabilidade.

Vygotsk (1984) diz que “as pessoas são seres biológicos que interagem com o meio e devido a sua interação com o mundo é um ser sócio-histórico e sua aprendizagem acontece em um processo relacionando aquele que aprende, aquele que ensina, inclusive a ligação entre essas pessoas” (Vygotsky, 1984, p. 100-114).

Por essa razão professores, gestores escolares, coordenadores pedagógicos precisam se comprometerem com o desenvolvimento de cada aluno, analisar possibilidades e prestigiar cada avanço, estimulando a autoconfiança e a vontade de continuar envolvido no educando com deficiência e sem deficiência, pois, é preciso a compreensão de que “o ser humano possui uma necessidade inata de se dedicar a atividades lúdicas independente da cultura ou idade” (Ribeiro et al, 2024, p.2).

Atividades sem movimento, apagadas, sem um elemento instigante não chama a atenção de nenhum aluno, eles cumprem a obrigação de fazer, não o fazer por prazer. E nesse sentido o professor precisa estar atento e, parar de evitar a ludicidade em classe, baseada em diversas desculpas que existem para justificar o que não se deseja realizar. “Com isso, é importante evitar os erros do passado e criar para os alunos com necessidades especiais estratégia em sala de aula e recursos adequados para desenvolver melhor o conhecimento de modo agradável, favorecendo com isso uma verdadeira inclusão” (Almeida, 2023, p.188).

Enquanto isso o aluno aguarda por uma escola, uma sala de aula que seja inclusiva onde se busca essa inclusão iniciando nas atividades em sala de aula.

Para Vygotsky: aquilo que a criança consegue fazer hoje com ajuda, conseguirá fazer sozinha amanhã. Se referindo à Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que fundamenta o apoio pedagógico na inclusão. Indica que com mediação adequada, qualquer aluno pode se desenvolver além do que mostra em avaliações tradicionais. Dessa forma, o aprendizado desperta uma série de

processos internos de desenvolvimento, que operam apenas quando a criança está em interação com pessoas em seu ambiente e em cooperação com seus pares. Vygotsky defende que o desenvolvimento é social e relacional (Santos, 2025, p. 12).

A adaptação das atividades é recomendada, para utilizar pedagogicamente a diversidade do lúdico na educação de alunos com e sem deficiência e garantir sua socialização com um aprender que lhe seja útil não só na escola, mas para a vida fora da unidade de ensino. “É comum práticas que se aproximam da integração, ou seja, os alunos em situação de inclusão são inseridos nas escolas regulares, entretanto, não há uma política de permanência” (Mantoan, 2015 apud Silva; Dias, 2026, p.5). E para evitar a integração sem inclusão que “essa adaptação, dependendo da deficiência e do grau apresentados pela criança, permite ao docente construir atividades menos complexas, contribuindo para a participação em sala de aula junto aos demais alunos” (Macêdo, 2024, p. 15)

É nessa situação que o professor surge e ao assumir seu papel mediador promove reflexão, o agir e leva seu alunado independente de qualquer dificuldade física ou intelectual a desenvolver seu conhecimento, mas, esse processo necessita ser inclusivo e articulado para de fato o ensinar e o aprender mediados pelas relações interpessoais aconteçam com o suporte de recursos pedagógicos essenciais, como o lúdico.

Por meio da ludicidade é possível motivar até mesmo alunos com dificuldades comportamentais, contudo, “é importante que o fazer educativo esteja atento, às necessidades educacionais de todos os educandos, ou seja, que haja igualdade e equidade no processo de realização, de modo a considerar as especificidades particulares de cada estudante” (Macêdo, 2024, p.14), percebe-se que o lúdico pode ser uma chave para o despertar de alunos e professores que precisam acompanhar a transformação da escola.

Investir em novas maneiras de lidar e conviver com a diversidade, portanto, atividades lúdicas se apresentam como gratificantes e portadoras de inúmeras possibilidades de promoção individual e dos diferentes educandos à aprendizagem, mas poucos comentam que a sala de aula se diz inclusiva, lúdica e dinâmica, mas nem todas realmente exercem esse papel, utilizando a ludicidade apenas como um recurso de ensino ideal para ocupar os educandos na sala de aula.

Se considerarmos que a criança pré-escolar aprende de modo intuitivo, adquire noções espontâneas, em processos interativos, envolvendo o ser humano inteiro

com suas cognições, afetividade, corpo e interações sociais, o brinquedo desempenha um papel de relevância para desenvolvê-la (Kishimoto, 1999, p.36).

Assim, o lúdico com seus brinquedos, jogos e brincadeiras é importante para o desenvolvimento das crianças e jovens no cotidiano escolar por levar esses sujeitos “a se desenvolverem cognitivamente, socialmente, afetivamente e fisicamente” (Piaget, 1983), para o autor as brincadeiras, os jogos e os brinquedos desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento infantil. O professor deve ser modelo para aquele a quem ensina.

Por isso que ele deve ser o primeiro a adquirir uma consciência lúdica compreendendo o sentido de se trabalhar com jogos e brincadeiras, como ainda se envolver produtivamente com seus alunos com e sem deficiência nos momentos lúdicos, assim, pelo exemplo educa e alcança os objetivos que deseja em sala de aula.

Os jogos assim como os brinquedos são excelentes para trabalhar os mais diversos conteúdos de forma inclusiva e “o resultado de um Sistema linguístico que funciona dentro de um contexto social; um sistema de regras; e um objeto. Esses três aspectos permitem a compreensão do jogo, diferenciando significados atribuídos por culturas diferentes, pelas regras e objetos que o caracterizam” (Kishimoto, 2010, p.26). As regras nos jogos e a recriação nas brincadeiras para que alunos com e sem deficiência aumentem seu acervo cultural surte efeito interpretativo no educando que mesmo sem perceber se adapta a diversos contextos sociais de maneira contextualizada, desenvolvendo o senso crítico, o certo e o errado, o limite de cada um. “Existem concepções consolidadas em amplas experiências pedagógicas que comprovam que os recursos pedagógicos lúdicos favorecem a construção das representações internas do conhecimento” (Pinto et al, 2023, p. 339).

Em toda escola existem momentos que apresentam dificuldades para a realização de uma educação para a diversidade, que seja mais fluída e, os desafios que surgem devido a essas dificuldades acabam gerando muitos problemas no que se refere o acesso do aluno com deficiência, mas há também momentos de realizações importantes na comunidade escolar, nas atividades em sala de aula, extraclasse, na realização de projetos ou nas relações interpessoais dentro da escola.

O direito do aluno com deficiência à educação inclusiva

O direito do aluno com deficiência ao ensino estimulante, que desperte interesse e curiosidades tende a desenvolver suas potencialidades as quais fará uso nos diferentes grupos de sua atuação social e poderá de forma mais organizada lidar com as diferentes situações cotidianas e se expressar de forma mais centrada contribuindo não apenas para o seu sucesso enquanto sujeito social, mas para toda a sociedade demonstrando suas capacidades, mesmo com seu jeito diferente de interagir, ser e agir.

Esses alunos com suas formas de ser são público alvo da Educação Especial e da Educação Inclusiva com direitos reconhecidos a uma educação que esteja empenhada em valorizar as diversidades de todos os alunos.

Vale salientar que Educação Especial não é sinônimo de Educação Inclusiva. A Educação Especial é uma modalidade de ensino oferecida para educandos com estudantes com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades ou superdotação, como proposto pela PNEEPEI (2008) e reforçado pelo Decreto nº 12.686/25. Esta modalidade de ensino é oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, de maneira transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, com vistas a assegurar recursos e serviços educacionais para apoiar, complementar e suplementar o processo de escolarização, de acordo com a Lei nº 12.796 (2013), que altera a LDB, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado — AEE, e atualmente pelo Decreto nº 12.686/25. A esse respeito, é válido destacar que o uso do termo “preferencialmente” no decreto pode fragilizar o compromisso com a educação inclusiva, visto que, ao não assegurar de forma obrigatória que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ocorra nas escolas comuns da rede regular, é possível abrir lacunas para práticas segregadoras que contrariam os princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) e da PNEEPEI (2008). Da mesma forma, ao flexibilizar a exigência de formação específica para os docentes, o decreto relativiza a necessidade de profissionais qualificados, comprometendo a qualidade do atendimento e a efetividade da inclusão (Silva; Dias, 2026, p.3).

Seguindo essa lógica marcante em diversas escolas e, “em consonância com essa realidade, o modelo de Educação Inclusiva decorre da possibilidade de impor o direito universal de todo ser humano de acesso à educação que seja de qualidade e equitativo” (Vilela, 2021, p. 12), que possa se reinventar quando necessário, compreendendo que “a deficiência é uma questão de direitos humanos, defendida a partir de um modelo social que destaca a importância do fenômeno da deficiência ser abordado a partir de uma abordagem integral e defendendo um modelo de qualidade de vida” (Lima et al, 2024, p. 15).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional artigo 53: “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1996, p.32).

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), a Educação Inclusiva é uma perspectiva educacional que visa abranger as pessoas pertencentes a minorias étnicas, culturais e linguísticas, imigrantes, crianças de grupos marginalizados e crianças com necessidades educacionais especiais. Autores como Crochík (2002) e Mantoan (2015) consideram que essa perspectiva educacional almeja promover um espaço escolar que possa inserir todos os alunos, independentemente das suas diferenças. Assim, a Educação Inclusiva apresenta como centralidade o processo de ensino e aprendizagem de toda a classe, ao contrário da Educação Especial, em que o foco está na individualidade, associando o problema educacional à incapacidade do aluno, em função da sua deficiência (Ainscow, 1997; Crochík, 2002 apud Silva; Dias, 2026, p.4).

O aluno atípico (pessoa com deficiência) ao chegar na sala de aula e encontrar colegas amigáveis, monitor educacional para ajudá-lo nas atividades é de grande importância e isso só é possível quando essa escola prestigia relações amigáveis no início, meio e fim do fluxo dos afazeres pedagógicos. No portão da escola o guarda da escola recebe todas as crianças e ao tratar cada um como igual contribui para o exercício da Educação Inclusiva, porque a inclusão não é só na sala de aula.

Hoje em dia em diversas salas de aula de escolas públicas e privadas que seja superlotada ou não encontram-se diversas realidades que permitem interpretar que a inclusão é mascarada e, gestores, bem como professores fingem não perceberem e, isso é muito complicado, considerando o direito de participação ativa desses discentes na escola. Percebe-se que “apesar dos avanços nas últimas décadas e do aumento progressivo de matrículas, a exclusão escolar ainda atinge desproporcionalmente as crianças e jovens com deficiência” (Tavares; Nascimento, 2025, p. 25).

Políticas públicas e diversas discussões em todo o mundo sobre os direitos na contemporaneidade das pessoas com deficiência nas comunidades em todo o país não é muito diferente de décadas anteriores, quando o preconceito era forte e maltratava-os. A inclusão escolar na atualidade vem como renovação e combate ao preconceito e “questiona tanto as políticas e organização da educação especial quanto a regular, propondo um modelo que atende às diferenças sem discriminar e sem segmentar estudantes em modalidades específicas de ensino” (Ribeiro et al, 2024, p.5). Na

atualidade situações discriminatórias ainda existem e são encontradas inclusive nas unidades escolares, mas as diretrizes educacionais e reflexões sobre esse assunto vem aos poucos mudando esse cenário.

A política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva tem como objetivo a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais (Brasil, 2020, p.1).

Levando em consideração a mensagem da Declaração de Salamanca (1994) devemos entender que a inclusão é um direito que leva a pessoa com deficiência ser reconhecida e valorizada nos diferentes grupos de atuação. E “[...] para uma melhor compreensão da educação inclusiva é interessante entender esse conceito e compreendermos que a inclusão é incluir todos” (Pinheiro, 2020, p. 10), como Declaração de Salamanca (1994) nos apresenta “a deficiência como normal e que a aprendizagem deve corresponder ao tempo e as necessidades de aprendizagem dos alunos adaptando o currículo e preparando os professores” (Brasil, 1994, p.4).

Qualquer escola que crie situações de permanências satisfatórias onde seus discentes não sejam alvo de críticas e julgamentos está trabalhando junto com a Declaração de Salamanca (1994) e com a Constituição Federal brasileira (1988) que diz ser a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola é direito da pessoa com deficiência” (Brasil, 1988) e para que seja possível criar um espaço escolar de igualdades é importante levar o educando a contribuir ativamente, ocorrendo “[...] a quebra de ações discriminatórias” (Mantoan, 2015, p.40).

O maior inimigo da inclusão é a discriminação. Ela exclui, deixa as pessoas alheias há muitas tarefas e convívios e marca profundamente, pois, a pessoa discriminada se sente triste, desconfortável e desanimada para se envolver em qualquer atividade na escola, então, a comunidade escolar ao garantir direitos deve ser a primeira a não discriminar.

Nesse entendimento professores de escolas públicas e particulares necessitam de um plano de ensino que favoreça a todos as mesmas oportunidades de desenvolvimento, a melhorarem o entrosamento na turma e perceberem que esse público alvo precisa de atividades envolventes e que lhes dê condições de atuar de maneira menos dependente e mais significativa em todos os contextos, além disso, tratar esses educandos não

analisando-os se é uma pessoa com deficiência, mas alguém igual aos demais que sente, sonha e pode desenvolver-se conforme suas habilidades natas ou posteriormente adquiridas durante o tempo de estadia na escola.

Se a escola que temos hoje é multicultural e heterogênea, ela certamente “defende uma sociedade democrática a caminho da igualdade sem nenhuma distinção. O espaço escolar é democrático para todos, por isso, ela deve oferecer oportunidades iguais a todos” (Santos, 2023, p.22). Essa igualdade precisa ser levada em conta em todo contexto educacional e ser fiel a proposta inclusiva que sugere um trabalho pedagógico inovador e diversificado para todos os alunos e “garantindo seus direitos é garantir um ser humano saudável e social” (Ferreira, 2018, p.26) que ao se sentirem acolhidos no dia a dia se tornam com o tempo em meio aos trabalhos realizados nas diferentes disciplinas e nas interações interpessoais pessoas mais confiantes.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (Brasil, 2008, p.1).

Existe professor que não desenvolve atividades inclusivas com seu aluno com deficiência, deixa ele no cantinho da sala ou sugere ao monitor educacional que saia com ele para esse educando possa se ocupar, por não conseguir ficar concentrado na aula e, isso é uma falha bastante séria e pode desestimular esse jovem ou essa criança a querer estar na escola, prejudicando seu desenvolvimento e, com isso “percebe-se que os desafios para que as escolas façam a educação inclusiva são diversos e demandam muito empenho e recursos para que sejam realmente realizados e deixem de ser um simples planejamento” (Pinheiro, 2020, p. 21).

A escola inclusiva iguala pessoas, condições de convivência e, “não pode ser tratada como uma preferência, mas como um direito inalienável que exige garantias plenas e não condicionais” (Silva; Dias, 2026, p.3), utilizando metodologias criativas e criar momentos de reflexão para todos os membros da comunidade compreenderem que ninguém é menor só porque tem uma deficiência. “E, um dos maiores desafios da atualidade é proporcionar uma educação para todos, sem distinções, além de assegurar um trabalho educativo organizado e adaptado para atender às Necessidades Educacionais Especiais dos alunos” (Tavares; Nascimento, 2025, p.33).

Na concepção e contextualização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC – 2017) “a importância da acessibilidade prevê a utilização de tecnologias assistivas como parte das estratégias pedagógicas para garantir a inclusão efetiva” (Brasil, 2017). Assim, “compete à escola garantir o trato, cada vez mais necessário, com a diversidade, com a diferença” (Brasil, 2018, p.68).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) traz a tona as necessidades básicas das pessoas com deficiência e muitos na sociedade ainda não a levam em consideração o que o Estatuto diz, algo bem comum, no entanto, a pessoa com deficiência têm impedimentos que farão parte dela por toda a vida. E, para toda a vida necessita de respeito e educação.

Art. 28: I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino; VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva (Brasil, 2015, p.7).

Dessa forma compreende-se que as unidades escolares não têm a responsabilidade apenas de receber os educandos, mas de oferecer condições satisfatórias para a sua estadia e participação ativa na realidade e no contexto das atividades em sala e, a sonhada “inclusão educacional é questão essencial avançada de valorizar as diferenças”. É preciso que as formulações teóricas saiam totalmente do papel e desenvolva os conceitos nos processos do ato de aprender” (Santos, 2023, p.21) o que está relacionado à visão de sociedade, da escola, de alunos com e sem deficiência ou necessidades diferenciadas de aprendizagem e de como planeja suas práticas ao longo do ano letivo. “O professor deve saber como uma criança aprende brincando e deve estar disposto a aprender sobre a criança com deficiência” (Lima et al, 2024, p. 15).

O planejamento correto atende as necessidades de aprendizagem dos educandos e promove a flexibilização curricular, permitindo ao professor inovar seu jeito de ensinar, tendo a opção de levar tecnologia assistiva, jogos e brincadeiras como suporte para o ensino e a aprendizagem não desviando do pensamento de que “o sucesso da inclusão de

alunos com deficiência na escola regular decorre, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade e necessidades dos aprendizes” (Konkel, Andrade e Kosvoski, 2015, p.578).

Com boas práticas, menos alunos com deficiência ociosos na escola, surgindo aqui o importante papel da criatividade docente em desenvolver o currículo a ser trabalhado na escola de maneira leve. E, com base no currículo, especialmente se ele for formal, um “professor não pode afirmar imediatamente o quanto uma criança pode ou não aprender. (Carvalho, 1998 apud Ferreira, 2018, p. 23). O ideal é observar esses alunos e buscar compreendê-los, identificando o que fazem espontaneamente e com a ajuda de um adulto.

Além disso, observar se realmente estão interessados, compreendendo os temas discutidos, entendendo sua participação e envolvidos com o assunto desenvolvido na situação lúdica, pois, sem uma compreensão válida de pouco adiantará esse investimento, por isso, que ao trabalhar com o lúdico é necessário analisar os gostos dos alunos e perceber como realmente conseguem aprender.

O importante é que os professores entendam que existem diferenças individuais entre quaisquer crianças, existem preferências e ritmos de aprendizagem, e tudo isto deve ser levado em consideração e ser respeitado no momento da organização de ações educativas. Estas precisam estar ajustadas às necessidades educacionais dos alunos, sem que os conteúdos acadêmicos sejam prejudicados (Carvalho, 1998 apud Ferreira, 2018, p. 23).

O ensino deve “potencializar múltiplos aspectos do indivíduo: a psicomotricidade, desenvolvimento físico, intelectual e emocional” (Souza, 2021, p. 28) e pode transformar-se para melhorar a qualidade do exercício profissional docente e modificar a realidade da sala de aula e da escola, que podem deixar de incluir excluindo e, oferecer um espaço educacional que de fato trabalhe com as diversidades sem discriminação e em igualdades.

Na dinâmica da própria escola entende-se que: a escola deve buscar assegurar aos alunos com deficiência o acesso, e “a permanência e dá condições adequadas, a inclusão precisa acontecer de fato para assim combater qualquer discriminação e vindo valer os direitos e desenvolver a aprendizagem, promovendo autonomia e a independência” (Souza, Bringel, 2023, p. 462), para então superar a dicriminação.

Essa cultura do preconceito e da discriminação sem freios é algo histórico que acompanha a sociedade de longas datas, precisa e deve ser eliminado para uma comunidade social e escolar mais justa. “Pan (2008) defende que a diferença deve ser reconhecida e valorizada como uma característica essencial da identidade de cada indivíduo, considerando-a uma parte fundamental da experiência humana que deve ser respeitada e celebrada” (Ribeiro et al, 2024, p.6).

Todo ser social apresenta algum ponto particular que o traça diferente dos outros, um olho vesgo, lábios estreitos, pele morena, rosto fino com manchas, enfim, se nos ocupar em procurar o igual não encontraremos, pois, nem mesmo os gêmeos idênticos são tão idênticos assim, cada um desenvolve suas próprias habilidades e, a pessoa com deficiência tem o direito de ser diferente igualzinho aos outros e, o preconceito que judia e discrimina deve deixar de fazer parte da nossa sociedade. “Por séculos, as pessoas com deficiência foram deixadas à margem da sociedade. Por vezes foram maltratadas e segregadas, quer nos espaços familiares ou informais, quer nas instituições educativas. Quando analisamos, ao longo do tempo vemos que o preconceito é tão antigo quanto a espécie humana (Ferreira; Caetano, 2023, p.238).

Essa história marcante de preconceito e exclusão não precisa se repetir e, nem esquecida, mas transformada para melhor, onde todos possam se envolver sem temor e resistências ao diverso, ao igual, ao diferente.

Cada profissional que atua na escola e, em especial os professores devem estar conscientes de que as dificuldades podem ser vencidas e que necessitam ampliar as possibilidades de interação e inclusão por meio de ações coerentes e de práticas interessantes, como o lúdico na sala de aula porque despertam curiosidades e questionamentos espontâneos.

O lúdico na educação de crianças e jovens com deficiência

A escola lúdica é alegre e mobiliza a criação e a recriação e, ao ser adaptada às disciplinas de estudo torna as aulas mais instrutivas e mais coerentes para o entendimento dos alunos com deficiência. Então, “as atividades pedagógicas desenvolvidas de forma mais espontânea e prazerosa em seus vários aspectos, agem tanto no intelectual, no

emocional, no físico e na interação sociável uns com os outros” (Ferreira; Caetano, 2023, p.341), seja de um aluno sem deficiência ou um educando com deficiência intelectual, alunos autistas ou alunos com paralisia cerebral, dessa forma o educador iniciando uma aula que o discente brinca com objetivo está atendendo as necessidades pedagógicas e pessoais de cada um. “Em outras palavras, há um interesse progressivo na noção e na prática da Educação Inclusiva diante da necessidade de avançar para a realização humana do direito à educação” (Vilela, 2021, p.12).

Isso é mágico porque transforma a sala de aula em um ambiente para a coletividade com cor e movimento oportunizado pela influência da ludicidade, promovendo cooperação direta ou indireta entre os educandos com e sem deficiência, pegando um brinquedo, ajudando a encaixar uma peça, auxiliando o colega com deficiência a cumprir uma meta, etc. “Dessa forma, o processo lúdico do jogo, se inter-relaciona com todas as forças da imaginação criativa do sujeito” (Pinto et al, 2023, p. 338).

Enquanto se envolvem nas diferentes oportunidades lúdicas também são aguçados aspectos relacionados às emoções e a afetividade, importantes para a formação pessoal dos sujeitos envolvidos no processo de formação escolar. Todos eles desejam fazer amizades e poder contar com um colega no momento de maior dificuldade frente a uma situação de ensino e aprendizagem e, essa relação de troca e de respeito precisa ser incentivada pelo professor com atividades dinâmicas e jogos em grupo.

O lúdico se encaixa nesse conceito porque leva por meio dos brinquedos, das brincadeiras e dos jogos o aluno “a decidir sobre o uso de seus recursos cognitivos para resolver os problemas que surgem no brinquedo, sem dúvida alguma chegará ao pensamento lógico de que necessita para aprender a ler, escrever e contar” (Freire, 1991, p.39) provando que pode aprender mesmo com limitações. “Então as atividades lúdicas são espaços perfeitos de aprendizagens significativas” (Medrado et al, 2024, p. 319).

Essa aprendizagem significativa desperta interesses que podem variar conforme a forma de cada um se relacionar com a ludicidade e, de como e o quanto absorvem de entendimentos literários, históricos ou científicos. Parece distante de se alcançar, mas quando se utiliza o mapa da cidade para desenvolver um conhecimento em Geografia é

possível envolver outras construções a esse contexto, como cultura, sustentabilidade e a importância de se localizar no lugar em que vive.

Para que esse tipo de prática seja atuante cada dia mais, “as escolas precisam desenvolver mudanças em sua forma de ensinar, procurar temáticas que facilitem a compreensão dos conteúdos passados em salas de aulas, estabelecer e aprimorar suas práticas pedagógicas” (Souza, Bringel, 2023, p. 466).

A ludicidade nesse contexto é capaz de oportunizar para todos essa inclusão necessária e almejada, orientada pelas políticas públicas da educação, presente em diversos estudos e discussões no meio escolar. “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que valoriza as diferenças” (Mantoan, 2015, p. 14).

Percebe-se que a escola que busca incluir todos seus alunos investe na ludicidade como objeto promissor de ensino e estimulante para a aprendizagem, entendendo que “é possível avançar quando a escola regular assumir que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e a aprendizagem é concebida e avaliada (Konkel, Andrade e Kosvoski 2015, p.578).

E para alunos com deficiência ou dificuldade de aprendizagem “[...] as atividades lúdicas atuam de forma positiva no desenvolvimento de suas habilidades e aprendizagem” (Lima, 2022, p.14) eles aprendem a lidar com suas limitações e passam a cooperar mais com seus colegas, porque, desenvolvem empatia.

É muito comum professores do ensino regular fazerem uso dos jogos e das brincadeiras para ocuparem as crianças, sendo “[...] possível enxergar que situações lúdicas possibilitam explorar as possibilidades” (Medrado et al, 2024, p. 319) e sem um planejamento adequado esse ensino pode ocorrer, mas com déficits graves. É importante para a escola atual compreender que o lúdico não deve ser analisado como um universo típico de possibilidades infinitas para o aprender, mas, como um suporte que ajuda nesse sentido em sala de aula com todos os alunos, pois, é necessário que seja utilizado de maneira concreta e não apenas para distrair os alunos, é importante que seja bem organizado e bem planejado com antecedência.

A rotina escolar nem sempre parece interessante para os alunos, mas quando o professor de língua portuguesa ou de matemática chegam com uma proposta diferente a turma fica em alerta e curiosa aguardando ansiosos e, o lúdico ao se fazer presente os ânimos mudam e todos se colocam à disposição, mesmo quando há condições e regras a cumprir. Esse charme do lúdico desperta inúmeras aprendizagens que vão desde a socialização entre alunos que se comunicam mais até ao conteúdo desenvolvido e, esse recurso “[...] leva ao desenvolvimento da mente, sociabilidade, potencialidades, sensibilidade, intelectualidade, criatividade, além de possibilitar à criança tornar-se um indivíduo mais equilibrado emocionalmente. (Medrado et al, 2024, p. 319).

O potencial do lúdico já foi expresso por diferentes escritores, filósofos e povos ao “longo do tempo e que marcaram épocas. Ressaltaram ainda, que desde a época de Platão (427 a.C. - 347 a.C.), as atividades lúdicas já eram apoiadas e manifestadas como um ato essencial na construção e no desenvolvimento de uma educação significativa e dinâmica” (Lima, 2022,p.26), marcando a diferença no Ensino.

Quando se trabalha em classe de forma diferente o professor consegue promover nas crianças e nos jovens o interesse pela matemática ou pela literatura, cada um do seu jeito acaba acompanhando a proposta e motivados se dedicam até conseguirem um resultado adequado, isso acontece por causa do dinamismo da ludicidade. Com o resultado esperado alcançado a motivação aumenta para novas propostas e oportunidades.

Nas palavras de Kishimoto (1996, p. 9), “lúdico significa brincar, e nesse brincar estão inseridos jogos, brinquedos e brincadeiras, e a conduta daquele que joga, brinca e diverte-se”. Assim, o lúdico para o professor é como um amigo inseparável, “contribuindo no desenvolvimento dos alunos sanando as dificuldades de aprendizagem de forma prazerosa” (Medrado et al, 2024, p.317).

Os docentes da classe de ensino regular que buscam atividades interessantes, aumentam as chances de desenvolvimento integral de seus aprendentes com deficiência e sem deficiência, alcançando objetivos propostos para a aula do dia permitido pelo suporte extra oportunizado pela ludicidade que inova a ação do professor e dos alunos e a inclusão acontece sem esforço porque ela se amplia naturalmente.

Para os alunos esses momentos que podem estar em grupo são muito valorizados e rico porque lhes dá a sensação de autonomia e ao jogarem jogos como o “UNO” ou

brincam de palavras cruzadas produzidas com materiais recicláveis despertam interesses pela dinâmica e a forma como são apresentados e, movidos pela curiosidade pelo desejo de cumprir uma meta faz com que eles se esforcem mais e isso é motivador porque diferente das atividades impressas o lúdico é oportunidade de construção prática do saber por meio da criação e recriação.

Desse modo, para que as atividades lúdicas sejam efetivadas no processo inclusivo e na contribuição do desenvolvimento de ensino e aprendizagem dos estudantes - neste contexto os alunos com deficiência - é necessário que o trabalho desenvolvido seja planejado de forma organizada com dinâmicas, ferramentas, espaço e tempo adequados para atender as especificidades de cada educando e os objetivos propostos (Lima, 2022, p. 32).

Para os alunos com dificuldade de aprendizagem, o lúdico funciona como um despertador que alerta, mobilizando-os para as ações que estão chegando. O Ensino acontece com qualidade, pois, no momento da escolha das atividades o docente certamente o faz associando ao tema da aula, inicia com uma boa preparação e instiga a turma, envolvendo alunos com deficiência de forma adaptada.

Esses alunos ao participarem junto com seus colegas se sentem prestigiados na sala de aula. “O lúdico ainda faz referência a uma dimensão humana que ressalta sentimentos de liberdade e espontaneidade nas ações desenvolvidas, realizando-se atividades descontraídas, onde os envolvidos interagem e estão em constante aprendizado” (Arantes; Barbosa, 2017 apud Lima, 2022, p.14). Muito diferente de quando ele fica no canto da classe só observando o movimento da turma.

Um livro em alto relevo ou um dominó produzido pelo próprio aluno aparece mais que uma atividade diferente para chamar a atenção de todos, mas, como um instrumento cheio de significados capaz de despertar sentidos, sendo, “nas interações sociais, nas relações entre sujeito e objeto que a produção do conhecimento se dá na escola e além dela entre professor e aluno e aluno-aluno” (Santos, 2023, p. 34).

Segundo Friedman (1996, p. 41 apud Medrado et al, 2024, p. 321) “ quando alguém está jogando está executando regras do jogo e ao mesmo tempo, desenvolvendo ações de cooperação e interação que estimulam a convivência em grupo”. Esse conviver é fundamental para a autonomia do aluno com deficiência melhorar, no entanto, “promover atividades lúdicas, por mais simples que sejam é vital, especialmente por entender que mediante aos recursos lúdicos que advêm as experiências inteligentes e reflexivas e, com

base nesse processo, se constrói o conhecimento” (Lima, 2022, p. 31), dessa forma é indispensável esse envolvimento, uma vez que, esses discentes precisam de recursos mais concretos para poderem acompanhar as aulas. O jogar e o brincar funcionam como recurso pedagógico nesse envolvimento.

[...] na brincadeira não há trapaça, há sinceridade, engajamento voluntário e doação. Brincando nos reequilibramos, reciclamos nossas emoções e nossa necessidade de conhecer e reinventar. E tudo isso desenvolvendo atenção, concentração e muitas habilidades. É brincando que a criança mergulha na vida, sentindo-a na dimensão de possibilidades. No espaço criado pelo brincar nessa aparente fantasia, acontece a expressão de uma realidade interior que pode estar bloqueada pela necessidade de ajustamento às expectativas sociais e familiares (Vygotsky, 1994, p. 67).

Importa destacar que “o grande educador faz do jogo uma arte, um admirável instrumento para promover a educação para as crianças” (Almeida, 1998 apud Medrado et al, 2024, p.323), mas precisa buscar conhecer os jogos e as brincadeiras e aplicá-las de forma coerente em classe, lembrando que essa prática pode ampliar as percepções dos alunos, mas precisa ser clara e estar de acordo com as necessidades de aprendizagem da turma, pois, a ludicidade deve ser desenvolvida incluindo a todos, os conteúdos e interesses e não apenas aqueles com necessidades diferenciadas ou com deficiência.

Outro ponto importante é que os docentes necessitam “ter conhecimento bem construído em sua área de atuação, além de se manter em permanente atualização, pressupondo uma atitude diferenciada (Sousa; Tavares, 2015 apud Santos, 2023, p. 28), exigindo que esse profissional esteja aberto para a pesquisa e formação continuada, pois, “o desenvolvimento mental é uma construção contínua, comparável à edificação de um grande prédio cujas fases gradativas de ajustamento conduziram a uma flexibilidade, e uma mobilidade das peças” (Piaget, 1983, p. 12). As peças são os alunos e as mobilidades as formas diferenciadas de ensinar, permitindo aos educandos assimilar conhecimentos de forma concreta e definitiva.

A realidade do lúdico em muitas salas de aula é bem diferente das expressas em muitos artigos e livros de acesso no meio social e educacional, mas algo relevante quando considera-se toda a sua contribuição para a qualidade da escola enquanto espaço social e educacional inclusivo. Em muitas salas de aula o lúdico não é trabalhado conforme a necessidade dos alunos, é sugerido como passatempo, sem uma mediação coerente e objetivos de ensino adequados, o que dificulta o processo evolutivo dos educandos.

Como expressão de significados que têm o brincar como referência, o lúdico representa uma oportunidade de (re) organizar a vivência e (re) elaborar valores, os quais se comprometem com determinado projeto de sociedade. Pode contribuir, por um lado, com a alienação das pessoas: reforçando estereótipos, instigando discriminações, incitando a evasão da realidade, estimulando a passividade, o conformismo e o consumismo; por outro, o lúdico pode colaborar com a emancipação dos sujeitos, por meio do diálogo, da reflexão crítica, da construção coletiva e da contestação e resistência à ordem social injusta e excludente que impera em nossa realidade (Gomes, 2004 apud Lima et al, 2024, p.7-8).

O lúdico na educação de crianças e jovens complementa toda a ação dos professores e professoras atendendo aos contextos e conceitos da Educação Inclusiva no Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II, além de contribuir para toda prática dos profissionais da Educação Especial e, nesse sentido é permitido compreender que práticas bem desenvolvidas, que respeitem e considerem o público escolar na sua dinâmica e dinamismo promove atitudes e ações inclusivas e o lúdico faz de todo esse processo algo relevante, considerando sua magia e o poder de sensibilizar a todos, não apenas para as diversas aprendizagens escolares, mas para convívios pautados no olhar o outro sem discriminação, mas com respeito e tolerância.

Transformar a escola não é uma tarefa simples, exige muito compromisso e dedicação, e "mudar é difícil, mas é possível e urgente" (Freire, 1991, p.7). É necessário observar na realidade educacional que “a maioria das escolas do Brasil realmente não estão preparadas para receber alunos com deficiência” (Souza, Bringel, 2023, p. 465), mas se formos parar e esperar que as mudanças aconteçam por si sós será um tempo grande perdido, então a necessidade é que todos busquem fazer acontecer o quanto antes.

3Metodologia

A presente pesquisa busca desenvolver a temática a respeito do lúdico na educação de crianças e jovens com deficiência. Segundo Gil (2007, p. 17), “pesquisa é o (...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Constituída de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados”. Nesse sentido o estudo que se segue compreende a seguinte questão: Até que ponto o lúdico é importante para o

exercício docente na sala de aula em favorecimento do aprender contextualizado dos alunos de forma inclusiva? E para se chegar a um resultado favorável foi necessária a utilização de materiais formais de pesquisa como livros, monografias e artigos científicos publicados na internet, revistas e periódicos científicos na base de dados do Google Acadêmico, que deram um caráter teórico a esse estudo.

E como esse estudo utiliza a fundamentação teórica baseada em pesquisa bibliográfica é conceituada da seguinte forma

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Bem como interpretação do objeto de estudo e dos dados coletados de forma qualitativa. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

E esse estudo é descritivo por exigir “do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade” (Triviños, 1987). E por compreender aspectos bibliográficos qualitativos e descritivos a presente pesquisa é compreendida como pesquisa bibliográfica qualitativa descritiva.

O caminho percorrido envolveu diferentes leituras e estudos dos materiais selecionados com base no tema de estudo, considerando a clareza do discurso e a fluidez dos autores na abordagem científica sobre o lúdico, a inclusão e sobre a ludicidade no desenvolvimento de alunos com deficiência na sala de aula, seguido de análise crítica reflexiva dos textos impressos (livros) e digitais (artigos, periódicos científicos e outros) para a construção textual desta pesquisa.

Os instrumentos utilizados compreendem a investigação bibliográfica, análise e interpretação do tema com a finalidade de alcançar os objetivos propostos, responder a questão norteadora e chegar ao resultado desejado.

A análise se realiza de forma qualitativa, sem envolvimento direto com o objeto de estudo e seus sujeitos, mas reflexiva buscando interpretação coerente de todo o assunto desenvolvido.

4 Resultados e Discussão

A presente pesquisa trouxe para análise e discussão o tema o lúdico na educação de crianças e jovens com deficiência com a intenção de aprofundar o assunto a fim de ampliar conhecimentos pertinentes ao lúdico na educação de alunos com deficiência e, nesse sentido os objetivos propostos para esse estudo se organizam: O objetivo geral desta pesquisa busca compreender a importância do lúdico no ensino e aprendizagem de crianças e jovens com deficiência. Os objetivos específicos pretendem: identificar na literatura e nas políticas públicas direitos das pessoas com deficiência ao ensino inclusivo; analisar o potencial lúdico para o desenvolvimento integral do aluno com deficiência; investigar o lúdico não como um universo típico de possibilidades infinitas para o aprender, mas, como um suporte que ajuda nesse sentido em sala de aula.

Para o alcance dos objetivos apresentados a questão que direcionou esse trabalho nos permitindo compreensões da importância do lúdico para o exercício docente na sala de aula em favorecimento do aprender contextualizado dos alunos de forma inclusiva, refletindo sobre o lúdico na classe escolar e o poder dos jogos e das brincadeiras para a promoção da inclusão escolar, estimulando nas crianças e jovens com deficiência e demais alunos desenvolvimento escolar e social.

Os resultados alcançados com este estudo trazem um entendimento contextualizado e conceitual a respeito do lúdico no desenvolvimento dos alunos com deficiência, deixando claro que o ensino de forma inclusiva deve prestigiar as igualdades enquanto diferenças, que ao mesmo tempo são iguais em sua essência, ou seja, não havendo diferenças e nem igualdades, porque cada sujeito enquanto social e individual é digno de respeito e de receber na escola ensino que valorize suas potencialidades, que entenda cada um de maneira eficiente e os perceba como uniformes, como descrito nas palavras de Santos (2025) que “ o professor que acredita no potencial de todos os seus alunos” estimula em sua classe um ensino e um aprender baseado nas habilidades, ou seja

estimula esses alunos a se desenvolverem considerando seu potencial independente se é um aluno com deficiência ou não e, assim deve ser em toda sala de aula, professores comprometidos com a qualidade do ensino atuando de forma inclusiva.

Ao nos adentrar no entendimento da importância do lúdico para crianças e jovens com deficiência coube compreender os direitos que esses alunos têm, não só ao ensino de qualidade que envolve o professor ensinar bem, mas de práticas e condutas que de fato demonstrem respeito aos direitos da pessoa com deficiência de chegar à escola e poder estar ali de forma leve acompanhando aos demais em todas as atividades, além de serem percebidos enquanto cidadãos de direitos capazes de se desenvolverem, mesmo que a sua forma conforme suas necessidades.

O estudo de Souza; Bringel (2023) trouxe esse esclarecimento nos deixando cientes de que os alunos com deficiência têm seus direitos a vida de qualidade e educação que os desenvolva social e cognitivamente, a uma escola inovadora e livre de preconceitos.

Os estudos de Almeida (2023), Ferreira; Caetano (2023), Vygotsky (1998); Kishimoto (1996) e Faria et al (2025) tratam a importância do lúdico no ensino e aprendizagem de crianças e jovens com deficiência como essencial para o seu desenvolvimento tanto escolar como para as participações coletivas, estimulados pela prática lúdica que permite diferentes reflexões sobre o meio e a respeito dos conteúdos escolares promovendo uma diversidade de entendimentos que permitem a esses alunos uma participação concreta e qualitativa na sala de aula, nesse contexto Souza et al (2019) corrobora com os autores mencionados dizendo que o jogo e a brincadeira na sala de aula “são essenciais para sua integração aos conteúdos a serem aprendidos”, e isso coopera trazendo um jeito diferente de ensinar e aprender. Para Macêdo (2024) o lúdico na educação de crianças e jovens com deficiência é importante e válido, pois, “através dessas ações as crianças têm a oportunidade de interagir e refletir com o conhecimento” (Macêdo, 2024, p. 26).

Na concepção de Piaget (1983) "o desenvolvimento cognitivo é um processo de equilíbrio entre a assimilação e acomodação e a tendência a modificar o esquema cognitivo para se adaptar às novas informações" (Piaget, 1983), dessa forma o autor nos

ensina que o educando precisa do objeto para poder analisar e decodificar (assimilação), transformando a informação em um conhecimento (acomodação) prático.

Ademais, percebe-se que uma escola inclusiva é viva e alegre e, para ser alegre necessita no seu ambiente das situações lúdicas, seja, nas aulas em classe, nas diferentes disciplinas de estudo, na interação social entre educandos e professores, na realização de projetos culturais e pedagógicos e até no momento recreativo no intervalo das aulas. As brincadeiras e os jogos são dinâmicos, cheios de cor e significados claros e podem sem dúvida serem utilizados numa adaptação curricular em benefício da inclusão e da aprendizagem de todos os alunos em sala de aula.

Os alunos têm a necessidade da formação social independentemente da idade ou de suas características físicas ou psicomotoras indo de encontro com a proposta de Vygotsky (1984) que nos orienta que a “as pessoas são seres biológicos que interagem com o meio e devido a sua interação com o mundo é um ser sócio-histórico e sua aprendizagem acontece em um processo relacionando aquele que aprende, aquele que ensina, inclusive a ligação entre essas pessoas” (Vygotsky, 1984, p. 100-114), ou seja, o processo educativo no cotidiano de qualquer escola envolve o educando que está ali para aprender e o professor que estudou para estar ali para ensinar, preparar o aprendiz de forma que ele possa se desenvolver bem e, ao chegar no meio social ter desenvoltura satisfatória e independente, saber se expressar e não se render às indiferenças, isso alunos com e sem deficiência.

A competência lúdica nesse sentido é o grande suporte para envolver esses sujeitos de maneira à abrir inúmeras formas de aprender e ensinar, então, à escola cabe se atualizar e buscar entender o significado do lúdico para a vida do jovem e da criança e, saber utilizá-lo com objetivos claros e alcançáveis. A inclusão nesse processo como mencionado por diferentes autores entre eles, Silva; Dias (2026), Macêdo (2024), Kishimoto (1999) e Piaget (1983) ocorre porque enquanto jogam e brincam com objetivo os alunos despertam suas curiosidades, questionam e aprendem uns com os outros.

Para Kishimoto (2010) todo aluno pode aprender por meio do lúdico e, em meio às suas diversas oportunidades de entrosamento desenvolverem o raciocínio e a intelectualidade, a autora destaca que “o resultado de um Sistema linguístico, de um

contexto social, um sistema de regras; e um objeto, permitem a compreensão do jogo, diferenciando significados atribuídos por culturas diferentes,” (Kishimoto, 2010, p.26).

Assim como os jogos podem ser interpretados de diferentes formas e em diferentes culturas no ensino e aprendizagem se encaixa por permitir a interpretação de contextos e conceitos pertinentes ao jogo e ao conteúdo aplicado por meio dele, ou seja, o jogo e o brinquedo atuam como objetos do ensino. As regras, tempo e formas de utilizar vai depender dos objetivos a serem alcançados em sala de aula, por isso que o jogo e o brinquedo não devem ser compreendidos apenas como recreação, ou um passatempo para alunos com deficiência na sala de aula, mas como ferramenta pedagógica com planejamento, metas, conteúdo, prática e resultados.

E com uma base teórica contínua, bem explicada e objetiva que atravessou o tempo histórico até aos dias de hoje, o lúdico e todos os seus objetos e ritmos diversos tem grande contribuição para o desenvolvimento humano e no ambiente escolar tem importância no que se refere ao ensino inclusivo, de qualidade e significativo. Para Pinto et al (2023) “as concepções lúdicas pedagógicas favorecem a construção das representações internas do conhecimento” (Pinto et al, 2023, p. 339).

Importa destacar que “o grande educador faz do jogo uma arte, um admirável instrumento para promover a educação para as crianças” (Almeida, 1998, p. 18 apud Medrado et al, 2024, p.323), mas precisa buscar conhecer os jogos e as brincadeiras e aplicá-las de forma coerente em classe. Paulo Freire colabora com esta pesquisa afirmando: “Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, na prática e na reflexão sobre a prática” (Freire, 1991, p. 58), ou seja, a prática ensina tão quanto os inúmeros cursos ou formações acadêmicas, desde que esse docente esteja realmente disposto a aprender com seus colegas de profissão, com seus alunos no cotidiano.

Observou-se ao longo deste estudo que o lúdica funciona muito bem como recurso de ensino, cabendo então aos docentes se apropriarem de fato dessa ferramenta para inovar sua prática em sala de aula, fugir da rotina muitas vezes repetitiva das aulas expositivas que pouco contribuem para os avanços cognitivos e afetivos dos jovens e crianças com deficiência, sendo necessário uma atitude docente marcante, ou seja, que ele possa desenvolver a competência lúdica para si, adotar posturas e metodologias

inclusivas em classe, ser empático, tolerante e simpatizante e perceber seus educandos como iguais na diferença e proporcionar pelo exemplo situações concretas de ensino e aprendizagem.

Seguindo essa ideia Silva; Dias (2026) reforçam a importância do direito da pessoa com deficiência a ensino que o contemple em sua diversidade e acompanhando esse pensamento o estudo de Vilela (2021), Souza; Bringel (2023) e Mantoan (2015) tratam o direito dos alunos com deficiência primordial para o sucesso de sua trajetória escolar, pois, para os autores a Educação Inclusiva é um direito universal, portanto, fundamental que seja de qualidade e equitativo.

De forma bem consistente ao serem analisadas e interpretadas as diretrizes educacionais e políticas públicas sobre inclusão nota-se que normativas como a Declaração de Salamanca, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-1996), o Estatuto da pessoa com deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - Lei nº 13.146/2015 já vem de longa data estimulando o ensino inclusivo nas escolas públicas e privadas em todo o país, garantindo aos alunos com deficiência acesso ao ensino de forma integrada e inclusiva, com direito a professores qualificados e metodologias de ensino inovadoras, porém nota-se que essa inclusão ainda caminha para sua completa conclusão, o que ressaltado por Tavares; Nascimento (2025), Santos (2023), Ferreira; Caetano (2023), Lima et al (2024) e Almeida (2023) exige compromisso e empenho do professor em articular sua prática de forma criativa, garantindo estadia satisfatória desses alunos no ambiente escolar.

As ideias de Santos (2023) ilustram bem o que a escola precisa para se envolver tanto na competência lúdica enquanto promissor recurso de ensino e na concepção inclusiva que não distinguem os seres escolares, mas acomoda a todos com o objetivo de promover seu integral desenvolvimento, então compreender o “espaço escolar como democrático para todos, é entender que, ele deve oferecer oportunidades iguais a todos” (Santos, 2023, p.22).

No entanto, nesse sentido é necessário como analisado nas diferentes leituras que a escola busque atuar de maneira coerente com a inclusão e buscar na ludicidade caminho para essa promoção de forma equilibrada, pois, o lúdico desenvolve diferentes aspectos

nas crianças e jovens como o raciocínio, criatividade, senso crítico, reflexão, respeito às regras e às diferenças.

Por conseguinte, como nos afirmou Ferreira; Caetano (2023), Vilela (2021), Pinto et al (2023), Medrado et al (2024), Lima (2022), Kishimoto (1996) e Santos (2023) o lúdico na educação oferece diferentes formas de ensinar e aprender, porque é envolvente, atrativo e concreto, oportunizando a convivência entre as partes que de forma independente acabam aprendendo, além dos conteúdos incluídos, desenvolvem a solidariedade, respeito pelo colega e tolerância.

Para Vygotsky (1994) afirmou que “brincando nos reequilibramos, reciclamos nossas emoções e nossa necessidade de conhecer e reinventar. E tudo isso desenvolvendo atenção, concentração e muitas habilidades. É brincando que a criança mergulha na vida, sentindo-a na dimensão de possibilidade”.

Ademais, uma escola repleta de estereótipos, de limites, sem cor e brilho que levam a classificar pessoas não atende a Educação Inclusiva e não encaixa o lúdico no cotidiano de suas ações pedagógicas. “O lúdico ainda faz referência a uma dimensão humana que ressalta sentimentos de liberdade e espontaneidade nas ações desenvolvidas, realizando-se atividades descontraídas, onde os envolvidos interagem e estão em constante aprendizado” (Arantes; Barbosa, 2017 apud Lima, 2022, p.14) Muito diferente de quando ele fica no canto da classe só observando o movimento da turma.

Kishimoto (2010) esclarece que o brincar “é uma ação livre, que surge a qualquer hora, iniciada e conduzida pela criança; dá prazer, não exige como condição um produto final; relaxa, envolve, ensina regras, linguagens, desenvolve habilidades e introduz a criança no mundo imaginário” (Kishimoto, 2010)

Conclui-se que o lúdico contribui em todo esse contexto por ser capaz de proporcionar vivências estimulantes em sala de aula e por ser viável para o desenvolvimento físico, psicológico, intuitivo, criativo, reflexivo, cognitivo, social e intelectual dos alunos, e não deve ser utilizado como mero passatempo em sala de aula, mas com propósito e uma mediação segura docente.

Todo professor que pensar no bem estar coletivo investe no lúdico, não apenas para ensinar de forma alegre os diversos conteúdos, mas para proporcionar aos jovens e crianças com deficiência o direito de participar, de estar junto com seus colegas na

mesma atividade com o mesmo propósito. Isso em poucas palavras é mais que incluir, é significativo para a construção de uma escola onde as diferenças não fazem diferença.

5 Conclusão (ou Considerações Finais)

A temática apresentada para discussão ao longo desta pesquisa trouxe reflexões concretas a respeito do lúdico no ensino de crianças e jovens com deficiência e, permitiu a compreensão de que o lúdico por envolver brinquedos, jogos e brincadeiras favorece o desenvolvimento integral desses alunos, tanto no dia a dia da escola, quanto no cotidiano social, pois, o ser humano como abordado por Vygotsky (1984) é um ser social e como tal tem a necessidade de se movimentar, criar e recriar a própria realidade e, por meio dos objetos lúdicos como comentado por Almeida (2023) esses aprendizes conseguem mesmo com suas limitações desenvolver diferentes aprendizagens, fazendo deles sujeitos aptos a atuarem e serem valorizados enquanto estudantes com direitos concretos de ensino e aprendizagem de qualidade.

A ludicidade permitida pelo lúdico movimenta os sujeitos escolares e oportuniza a todos a conviverem em igual. E as diferenças deixam de ser obstáculos para o aprender e para se socializar.

Compreender a importância do lúdico no ensino e aprendizagem de crianças e jovens com deficiência favorece um maior engajamento de alunos e professores, os quais envolvidos ampliam suas competências sociais e coletivas, levando a todos a compartilharem de momentos de crescimento educativo e, nesse processo o professor que adquire essa competência faz do lúdico seu instrumento de ensino e de promovedor da inclusão na sala de aula e faz dessa classe e dessa escola um ambiente motivador.

Identificar na literatura e nas políticas públicas direitos das pessoas com deficiência ao ensino inclusivo trouxe conhecimentos pertinentes, os quais demonstraram que a educação inclusiva precisa acontecer de verdade e ser referência de desenvolvimento para todos os alunos independente de suas limitações.

Analisar o potencial lúdico para o desenvolvimento integral do aluno com deficiência foi grandioso, pois, embora a educação inclusiva e o lúdico sejam bastante

abordados na literatura, ainda é possível observar em muitas instituições que ela não acontece como o orientado e, muitos alunos continuam à margem da sala de aula e do ensino de qualidade. A inclusão ainda é mascarada como de fato, mas a esperança de olhar mais reflexivo da escola e dos professores a respeito desse tema chega aos poucos às escolas, trazendo as transformações necessárias para que a discriminação deixe de fazer parte do dia a dia da escola em todos os aspectos.

Investigar o lúdico não como um universo típico de possibilidades infinitas para o aprender, mas, como um suporte que ajuda nesse sentido em sala de aula foi de fato um abrir de janelas para novas formas de interpretar e entender o papel do lúdico na educação e, a partir desse ponto analisar com maior profundidade todo o benefício e os resultados promissores que essa ação pode trazer para todos os alunos.

Jogos e brincadeiras na escola não é algo aleatório, sem sentido ou largado que pode ser utilizado de qualquer forma, pelo contrário sua riqueza de vantagens exige planejamento adequado, mediação responsável e objetivos claros de educação formal e formação social, afetiva e individual dos alunos.

O lúdico é importante para o exercício docente na sala de aula em favorecimento do aprender contextualizado dos alunos de forma inclusiva, com isso conclui-se que o lúdico enquanto ferramenta de ensino e aprendizagem só tem a contribuir para a escola, alunos e para a sociedade como um todo.

Referências

ALMEIDA, Maria Clélia Guedes de. **O lúdico como ferramenta pedagógica na educação inclusiva dos alunos do 1º e 2ºano do ensino fundamental.** Play as a pedagogical tool in inclusive education for 1st and 2nd grade students. REBENA Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem ISSN 2764-1368 Volume 5, 2023, p. 177-195. Disponível: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/82/76>. Acesso: 27/04/2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Jusbrasil, 2015. Disponível em: jusbrasil.com.br.... Acesso: 28/04/2026.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (**Estatuto da Pessoa com Deficiência**). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso:25/04/2026.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 9394/96. Brasília, DF: Senado, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacaoinclusiva05122014&Itemid=30192. Acesso: 25/04/2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada obrigatória e concomitantemente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/** Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020. 124p.

FARIA, A. R.; SANTOS, G. F.; SANTOS, J. G.; PIRES, S. P. S. **O papel do lúdico e do brincar no desenvolvimento integral de estudantes com deficiência na educação infantil: contribuições para a aprendizagem, socialização e autonomia na era das tecnologias digitais**. Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 14, n. 1, p. e1583-e1583, 2025.

FERREIRA, Meilene M^a de Souza. **INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: Contribuições ao Professor do Ensino Fundamental**. 2018. 35f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e

Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018. Disponível:<https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/21177/1/inclusaoescolarcontribuicoesprofessor.pdf>. Acesso: 22/04/2026.

FERREIRA, Maria Aparecida da Silva; CAETANO, Carla Rejane de Paula Barros. **O LÚDICO COMO FACILITADOR DO ENSINO-APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO**. Trabalho de Conclusão de Curso, na Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Itapina em 2019. Educação: práticas sociais e processos educativos capítulo 3. Disponível: <file:///C:/Users/User/Downloads/cap%203.pdf>. Acesso: 27/04/2026.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

KISHIMOTO, Tizuko M. **Brinquedos e brincadeiras na educação infantil**. In: Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – perspectivas atuais. Belo Horizonte, nov. 2010. Disponível em:. Acesso 28/04/2026.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos Infantis; O jogo, a criança e a educação**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

KONKEL, Eliane Nilsen. ANDRADE, Cleudane. KOSVOSKI, Deysi Maia Clair. **As dificuldades no processo de inclusão educacional no ensino regular: a visão dos professores do ensino fundamental**. Pontifícia Universidade Católica (PUC), 2015.

LIMA, Tereza Cristina Ferreira de. **Ludicidade e inclusão de alunos com deficiência nas séries iniciais do ensino fundamental** / Tereza Cristina Ferreira de Lima. - João Pessoa, 2022. 75f. : il. Orientação: Munique Massaro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE. Disponível: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/23667/1/TCFL30062022.pdf>. Acesso: 22/04/2026.

LIMA, S. do S. A., Oliveira, L. C. F. de, Sousa, M. A. de M. A., Barros, M. J. de, Gomes, S. M. S., Lopes, S. C. B., Santos, M. M. de B., & Silva, C. F. dos S. (2024). **A importância do lúdico para o desenvolvimento do aluno com deficiência**. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, 17(4), e6321. <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.4-232>. Disponível:

<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/cles/article/view/6321>. Acesso: 27/04/2026.

MACÊDO, Alejandra Kalinny Sousa. **O uso do lúdico na educação inclusiva: a importância das orientações didáticas lúdicas como recurso metodológico de ensino-aprendizagem aos alunos deficientes no ensino fundamental** / Alejandra Kalinny Sousa Macêdo. – Açailândia: UEMASUL, 2024. 56 f. Monografia (Curso de Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Açailândia, MA, 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para reflexão sobre o tema**. MTE Mantoan, 2015.

MEC. **Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2020.

MEDRADO, Joyce Sousa; PEREIRA, Silvanis dos Reis Borges; OSÓRIO, Neila Barbosa. **O lúdico como ferramenta de ensino e aprendizagem nas séries iniciais**. The playful as a teaching and learning tool in the early grades. Revista Humanidades Inovação. ISSN 2358-8322 - Palmas - TO - v.10, n.1, 2024. Disponível: <file:///C:/Users/User/Downloads/8363-Texto%20do%20artigo-32377-4-10-20241216.pdf>. Acesso: 22/04/2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed., Petrópolis: Vozes, 2001.

PIAGET, J. **Sabedoria e Ilusões da Filosofia**. S Paulo Abril Cultural, 1983.

PINHEIRO, Maria do Carmo Lopes. **INCLUSÃO ESCOLAR: UM OLHAR PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**. Monografia elaborada para fins de avaliação parcial, para conclusão do Curso de Pedagogia, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – Escola de Formação de Professores e Humanidades. Orientadora: Profa. Dra. Liliane Barros de Almeida. GOIÂNIA, 2020. Disponível: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1223/1/TCC%20Finalizado%20Maria%20do%20Carmo.pdf>. Acesso: 22/04/2026.

PINTO, Jacyguara, **Costa**; Sepeda, Ivana de Vasconcelos; Nery, Luciene Pereira, Mendonça, Lindalva Ferreira; Oliveira, Lindalva Pantoja de Queiroz; Moraes, Maria Virgínia Castilho de; MONTEIRO, Marlyene Carvalho; CASTRO, Noemi Costa de . (2023). **A Importância da Atividade Lúdica na Educação Inclusiva**. Revena - Revista

Brasileira De Ensino E Aprendizagem, v.7, 330–342. Recuperado de <https://rebeno.emnuvens.com.br/revista/article/view/158>. Acesso: 26/04/2026.

RIBEIRO, Claudia Andrade de Castro; SANTOS, Juliana Cristina; VIEIRA, Estela Aparecida Oliveira Vieira. **A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. *Ciências Humanas, Volume 28 - Edição 136/JUL 2024. REGISTRO DOI: 10.5281/zenodo.12803336. Disponível: <https://revistaft.com.br/a-ludicidade-na-educacao-inclusiva/>. Acesso: 26/04/2026.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: AVANÇOS, DESAFIOS E PRÁTICAS PARA UMA ESCOLA PARA TODOS** Monografia apresentada ao Curso de Matemática, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como um dos requisitos para a obtenção do grau de licenciatura em Matemática. Orientador: Duclci Aparecido de F. Vaz GOIÂNIA-GO Junho/2025. Disponível: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/9321/1/MONOGRAFIA%20FINAL%20FERNANDO%20%281%29.pdf>. Acesso: 27/04/2026.

SANTOS, Clarice Ferreira dos. **INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE ESCOLAR DA CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Professor Orientador: Dr. Antônio Evaldo Oliveira. GOIÂNIA 2023. Disponível: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/6293/1/AE%20Monografia%20Clarice%20Ferreira%20dos%20Santos.pdf>. Acesso: 25/04/2026.

SILVA, Stéfane da; DIAS, Viviane Borges. **Educação Inclusiva e seus Entraves: Em Pauta, Concepções de Professores de Ciências**. Inclusive Education And Its Improvements: On the Agenda, Conceptions of Science Teachers. Rev. Bras. Pesqui. Educ. Ciênc., 26, e60580, 1–31, 2026. Disponível: [file:///C:/Users/User/Downloads/RBPEC+26\(u\),+e60580%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/RBPEC+26(u),+e60580%20(2).pdf). Acesso: 26/04/2026.

SOUZA, Alexsandra Ricz de Melo. **O LÚDICO NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR E SOCIAL DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**. Revista Educação Continuada educont.periodikos.com.br V.3 n.4, ISSN 2675-6757, 2021.

SOUZA, Andréa Alves de; CUNHA, Karina Miranda Machado Borges; ANDRADE, Mônica Gonçalves de. **O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O PROCESSO DE APRENDIZAGEM A PARTIR DOS JOGOS E BRINCADEIRAS**. Gestão & Tecnologia Faculdade Delta Ano VIII, V. 1 Edição 28 Jan/Jun 2019.

SOUZA, Damiana Calixto de, BRINGEL, Maricélia Felix Andrade. **Educação Inclusiva: Principais Dificuldades no Processo de Ensino e Aprendizagem no Ambiente Escolar.** Id on Line Rev. Psic. V.17, N. 68, p. 460-472, Outubro/2023 - Multidisciplinar. ISSN 1981-1179 Edição eletrônica em <http://idonline.emnuvens.com.br/id>. Acesso: 29/04/2026.

TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento; NASCIMENTO, Valdete Batista do. **Educação inclusiva e lúdica : práticas, desafios e conquistas na aprendizagem de crianças e jovens** / Organização de Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares , Valdete Batista do Nascimento. – Natal, RN: Editora FAMEN, 2025. 3.70 Mb ; PDF ; il. ISBN: 978-65-87028-69-9. DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2025113>. Disponível: <https://editorafamen.com.br/wp-content/uploads/2025/07/EDUCACAO-INCLUSIVA-E-LUDICA-PRATICAS-DESAFIOS-E-CONQUISTAS-NA-APRENDIZAGEM-DE-CRIANCAS-E-JOVENS-1-1.pdf>. Acesso: 26/04/2026.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VYGOTSKY, Lev S. **A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 1984

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VILELA, Alessana Ribeiro Rezende. **Direito à Educação Inclusiva no âmbito da legislação brasileira: manual compilado** / Alessana Ribeiro Rezende Vilela. Três Corações, 2021. 101 f. : il. Orientador: Dr. Zionel Santana. Dissertação (mestrado) – Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR. Mestrado em Gestão, Planejamento e Ensino.